

30 DEZ 1987

30 DEZ 1987

# Posição mais flexível

GAZETA MERCANTIL

*Sinda Est*

por Celso Pinto  
de Brasília

A palavra de ordem do governo para a negociação da dívida externa daqui para a frente é "pragmatismo". Isso quer dizer aceitar um acordo mais convencional e ser mais flexível em relação a alguns pontos sensíveis de discussão com os bancos.

O presidente Sarney está convencido de que um confronto com os credores deve ser evitado, disse a este jornal uma alta fonte do governo. Mais do que isso: os conselheiros mais próximos ao presidente defendem que o Brasil procure eliminar, na mesa de negociações, arestas e divergências que o distanciaram dos Estados Unidos, inclusive na questão da informática.

Esse movimento de reproximação com o capital externo e os bancos, pelo que se sabe, tem a plena concordância do ministro

interino da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega. Sarney ficou muito bem impressionado com as quatro horas de conversa que teve com Ferreira da Nóbrega na segunda-feira. Embora se saiba que Ferreira da Nóbrega tem desautorizado qualquer movimento articulado em favor de seu nome, são crescentes as indicações de que o presidente poderá efetivá-lo como titular da Fazenda, talvez já na próxima semana.

Seja ou não Nóbrega o ministro da Fazenda, é certo que as atenções do governo se concentrarão no esforço de chegar a um acordo o mais rápido possível com os bancos credores. Isso exigirá o encaminhamento de um acordo formal com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o que poderá acontecer já nas próximas semanas.

O ex-ministro Luiz Carlos Bresser Pereira tinha fixado um cronograma. Ca-

beria a seu braço direito, Yoshiaki Nakano, ir para os Estados Unidos na primeira semana de janeiro expor ao FMI o "pacote" fiscal aprovado e discutir as projeções para a economia. Feito isso, na semana seguinte, ou seja, em meados de janeiro, possivelmente uma missão negociadora do FMI viria ao Brasil já para discutir os termos de um acordo.

Embora não esteja certo que Nakano manterá a viagem a Washington, a intenção é preservar os passos originalmente imaginados por Bresser Pereira. Existe uma dificuldade objetiva: o "pacote" fiscal de Bresser imaginava aumentar a receita em cerca de 1,3% do Produto Interno Bruto (PIB) e cortar as despesas em pelo menos 1,5% do PIB. O que foi afinal aprovado limitou-se a um aumento de receita ligeiramente inferior a 1% do PIB.

Ainda assim, sabe-se que na Fazenda existe otimismo sobre a possibilidade de o FMI aceitar os ajustes já feitos com base suficiente para a discussão de um acordo.

A postura mais flexível nas discussões com os bancos credores poderia envolver, por exemplo, a questão da transformação de dívida em títulos — a "securitização". "Não é realista imaginar que os bancos aceitarão converter seus empréstimos em títulos absorvendo prejuízos através de deságios", argumenta a alta fonte do governo.

Em sua opinião, a única forma de introduzir novos mecanismos dentro das regras de mercado, de forma voluntária, e na forma que tem o apoio explícito do se-

cretário do Tesouro norte-americano, James Baker, ou seja, oferecendo-se um "menu de opções". Sua avaliação é que a tentativa recente de impor a idéia de uma "securitização" obrigatória e incorporando-se deságios (que representam perdas para os bancos) acabou prejudicando ainda mais a credibilidade internacional do País.

(Continua na página 12)

*O Banco Central enviou ontem um telex ao comitê de credores externos fixando em 1,125% o "spread" sobre os depósitos feitos por devedores brasileiros em cruzados a credores estrangeiros junto ao Banco Central. Hoje, o governo deverá enviar outro telex ao comitê notificando a transferência de US\$ 357 milhões do Banco para Compensações Internacionais (BIS) ao Citibank, em Nova York.*

# Posição mais flexível

por Celso Pinto  
de Brasília  
(Continuação da 1ª página)

Outro ponto que, na opinião desta fonte, poderá ser revisto é a definição de regras para a conversão de dívida em investimentos. A resolução que foi aprovada criou exigências e dificuldades que praticamente inviabilizam a conversão. Rediscutir esta questão é algo que interessa muito aos bancos e que poderá ajudar na negociação da dívida.

Uma terceira questão objetiva e importante será posta na mesa na próxima semana, quando chegar ao Brasil a subcomissão de economistas dos bancos credores, chefiada por Arturo Porzecanski, do banco Morgan. Eles vêm discutir as projeções para a economia brasileira.

Parece claro, a esta altura, que foi superestimada anteriormente a possibilidade de crescimento da economia para 1988 acima de 6%. Se o Brasil aceitar rever esta projeção, também acabará reestimando para baixo a necessidade de recursos externos, diretamente proporcional à expansão do produto interno. Os bancos, certamente, procurarão fixar a sua parcela de contribuição no refinanciamento dos juros no mínimo possível. Este é um

ponto em que, claramente, uma abordagem "pragmática" do governo brasileiro poderá facilitar e agilizar os entendimentos.

Aceitar um acordo mais convencional não significa negar a possibilidade de avanços futuros nos termos da negociação. Ao contrário, sustenta a fonte, hoje já há razoável consenso internacional de que é preciso encontrar uma solução mais ampla, política, para equacionar duradouramente a questão da dívida.

No entanto, diz, os foros adequados para buscar estes avanços são os de caráter político, como os compromissos recentemente firmados entre os presidentes do Brasil, México e Argentina. Na discussão com os bancos, a postura tem de ser, em sua opinião, mais pragmática: não adianta contrapor aos bancos credores argumentos políticos. Tampouco adianta ao Brasil tentar isoladamente alterar as regras internacionais para a dívida. Esse foi, na visão desta fonte, o equívoco da postura brasileira a partir da moratória.

Por uma ironia das circunstâncias, de toda forma, a moratória continuará a curto prazo. No acordo provisório acertado com os bancos, estava explícito que o Brasil voltaria a pagar os juros correntes a partir de janeiro, desde que

com a ajuda concertada dos credores.

Existem duas hipóteses para resolver esta questão. Uma delas é entender que o acordo com os bancos acabará sendo feito, tomar como padrão de referência o valor do que o País está pedindo de refinanciamento dos juros devidos (60% do total devido em 1988) e começar a pagar apenas a parcela restante (40%) a partir de 1º de janeiro. A segunda hipótese é simplesmente não pagar nada de juros a partir de janeiro, esperando uma melhor definição dos rumos das negociações com os bancos credores. A rigor, o presidente ainda não decidiu qual das opções prefere, mas é muito provável que prevaleça a segunda, isto é, que se mantenha a moratória dos juros a partir de janeiro, à espera de um acordo.

Seja como for, é inequívoco que o presidente quer uma estratégia de conciliação e não de confronto com os credores. "Está provado que o Brasil não tem o poder de quebrar os bancos internacionais, como alguns supunham, e que tem mais a perder do que a ganhar com o confronto", diz a mesma fonte antes mencionada.

Se Mailson da Nóbrega for confirmado à frente da Fazenda, certamente procurará um acordo. Sabe-se

que ele considera o problema da dívida externa como o mais grave entrave para o acerto da economia brasileira. É provável, portanto, que procure equacionar a área externa como um passo para o ajuste interno. E conhecida, da mesma forma, a posição de Nóbrega contra a tentativa de se fazer qualquer novo choque na economia de imediato.

Independentemente das convicções de Nóbrega, ou de sua confirmação na Fazenda, a reaproximação com caminhos mais convencionais para a dívida e a economia representa a prevalência de um grupo de amigos e assessores do presidente. A rigor, saiu deste grupo parte das pressões que derrubaram Dilson Funaro da Fazenda, em abril, exatamente por sua postura agressiva externa. Já desde o início do ano, assessores próximos ao presidente o aconselhavam a fazer um acerto amplo com o governo norte-americano e os bancos internacionais.

Provavelmente o governo teria caminhado nesta direção se o presidente tivesse conseguido fazer o sucessor de Funaro na Fazenda, o que acabou sendo da responsabilidade do PMDB. Desta vez, na sucessão de Bresser, o ministro da Fazenda será de confiança do presidente.